

A PERMANÊNCIA DA SUBALTERNIDADE ATRAVÉS DA COLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER

THAINÁ VIEIRA ALVES*

RESUMO

O artigo ancora-se nas produções de autores latino-americanos que se fixam no modelo de modernidade-colonialidade para suscitar que os processos de conquista e colonização acontecidos principalmente na América, Ásia e África foram e continuam sendo um artifício para subalternizar, inferiorizar, marginalizar e excluir povos não europeus. Se, no período do colonialismo histórico a colonização do indivíduo, a exploração da mão de obra, e a aculturação eram modos de manter a inferioridade desses povos, no contexto atual, vigem outros modos de dominação a colonialidade do ser, saber e poder que certifica a supremacia hegemônica de uns e atesta a subalternidade de outros. Sendo assim para elucidar esse processo de subalternização do indivíduo dando ênfase ao gênero feminino formularemos um diálogo com os autores Aníbal Quijano e Gayatri Chakravorty Spivak na tentativa de compreender a permanência da subalternidade do ser que não desapareceu com a independência ou descolonização.

Palavras-chave: colonialidade; Subalternidade; Gênero.

INTRODUÇÃO

O autor, sociólogo e teórico político latino-americano Aníbal Quijano Obregon, em sua teoria de colonialidade¹ mostra que a colonialidade é um dos fundamentos integrantes e específicos do padrão mundial de poder, que distingue as relações opostas entre colonizador e colonizado e a influência do eurocentrismo sob as nações e nos processos de globalização. Ele se fundamenta na determinação de uma classificação racial/étnica, de gênero/classe da população do mundo de acordo com os interesses da hegemonia dominante, hierarquizando as relações entre colonizador e colonizado, sendo uma dominação política e econômica que legitima a caracterização de raça, estendendo tal dominação para as esferas epistêmicas,

* Estudante de Graduação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Pós-Colonialismo e Crítica Cultural (GEPPECC) da PUC-GO.

¹ Conceito de Colonialidade segundo Aníbal Quijano, Mignolo, Escobar, Dussel e Coronil dentro de um livro muito importante produzido pelo grupo: “A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas”. Sendo a Colonialidade as diversas formas de dominação exercidas pela matriz euro norte-americana de pensamento que subjulga os outros países do segundo e terceiro mundo, a colonialidade diz respeito a dominação que não acaba com a independência político e jurídico dos lugares outrora colonizados.

filosóficas, linguísticas e etc. Quijano retrata principalmente sobre os povos que outrora foram subordinados ao colonialismo desenfreado, mas que mesmo depois de uma “descolonização

política-jurídica continuam perpetuados à uma colonialidade do poder que se certifica por meio da classificação racial.

Os estudos Pós-coloniais têm por propósito analisar e entender a realidade e as circunstâncias em que alguns campos da humanidade se encontravam e se encontram excluídos pelos “donos” da hegemonia colonial. A preocupação dos estudos pós-coloniais surgiu entre os anos de 1970/1980 em compreender como o mundo colonizado é construído a partir do discurso e do olhar do colonizador, como foram idealizados estes discursos e quais as consequências para a construção de novas identidades para os povos colonizados após a independência.

Os influenciadores deste pensamento crítico pós-colonial são os pós- estruturalistas Jacques Derrida e Michael Foucault sobre a elaboração do discurso social, o pós-modernista, Jean-François Lyotard e alguns estudos culturais britânicos. Uma das grandes críticas dentro e fora do próprio grupo de Estudos Subalternos, do qual originou os estudos pós-coloniais é quanto ao local de fala dos intelectuais. Já que tais intelectuais escreviam sobre o marginalizado e subalterno, sobre a inferioridade dos mesmos, mas estavam vivendo em outro local e em outra realidade, sendo assim criticado o uso de teorias do conhecimento advindas grande maioria da Europa e também dos Estados Unidos. Tais críticas são feitas também por intelectuais pertencentes à crítica “decolonial” latino-americana que busca a emancipação de todas as formas de opressão e dominação.

Mesmo com a crítica feita aos pós-coloniais é necessário sabermos que boa parte dos intelectuais da crítica decolonial também vivem na Europa e EUA o que vai contra aquilo que criticam e os tornam assim como os outros “criadores de Histórias” das quais não vivem mais ou nunca viveram, evidenciando assim a submissão e falta de autonomia para que o “outro” fale por si mesmo ou se auto-represente. Neste sentido Ramón Grosfoguel é essencial para que entendamos a diferença entre o lugar social e o lugar epistêmico.

“Eis que se torna importante distinguir “lugar epistêmico” e “lugar social”. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo colonial/moderno

reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas.” (GROSFOGUEL, 2010, p. 387)

A autora pós-colonial Gayatri Chakravorty Spivak pertencente a esta linha “pós-colonial” de sede Sul-asiática e escreveu uma das obras mais importantes e fundamentais para os estudos pós-coloniais e de subalternidade, o livro intitulado “Pode o Subalterno falar?”, com o objetivo de realizar críticas sobre os discursos nacionalistas, anticoloniais e racialistas, atuantes da primeira metade do século XX, isso porque estes eram tidos como manifestações fundamentadas na mesma perspectiva “essencialista” da identidade e do sujeito do discurso colonial.

Spivak faz uma análise sobre os discursos de poder que são utilizados para certificar a inferioridade e a desvantagem do outro para com os donos do poder, do conhecimento e do mundo que subestimou os povos americanos, asiáticos, africanos e muitos outros subjulgando-os como sub-raças, sendo estes limitados a um papel irrelevante no cenário mundial, durante todo o período de colonização não ficando preso só a este período.

A escritora enfatiza em seu livro o papel exercido pela mulher sendo esta discriminada, marginalizada e posta como objeto sexual e reprodutor sem nenhuma outra atribuição. A mulher passou a ser vista apenas como utensílio sem valor, que necessita da imagem do homem para se encontrar “viva” e pertencente à humanidade, Spivak para exemplificar esse papel de submissão feminina em seu livro relata a história de uma jovem indiana que não pode “falar” fora da situação da qual faz parte, ou seja, não pode se autorrepresentar distante do discurso patriarcal e pós-colonial. Para ela: “o subalterno, neste caso em especial, a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p. 15)

Segundo Gramsci², subalternos são todas as classes de trabalhadores rurais, operários, mulheres e todos os grupos humanos que são excluídos e subordinados a uma hegemonia, sendo afastados e desligados de qualquer papel significativo. Estando assim fragmentados, sem representação, sem poder de fala e sem qualquer arma para lutar contra o poder hegemônico.

Spivak em seu livro “Pode o subalterno falar”, discute as relações de poder e a representação³ do ser subalterno, do qual foram retiradas sua voz e sua autonomia, onde o centro criou um discurso global, elitista, excludente e dominante que padroniza, conceitua e marginaliza o sujeito subalterno.

Esta desvalorização da experiência real do oprimido recusa a autonomia, o poder de fala e o conhecimento do ser, tendo assim uma ideia de que não podem se auto-representar, mas, que necessitam de serem “representados” por um governo (pai) que os protege. Essa violência epistêmica fundamenta e constitui o sujeito colonial como o outro, bárbaro e imutável, assim sendo silenciado e discriminado. O desejo de adequar o homem e sua vida ao sistema de produção fica claro ao observarmos a divisão internacional do trabalho, uma divisão racial e social do mesmo que assim segrega a sociedade entre brancos e negros, pobres e ricos, homens e mulheres e outras definições.

A colonialidade é a reprodução de tudo que vem do centro, incluindo a ideia de hierarquização, desigualdade e discriminação do conhecimento do outro, tornando-se assim o saber um instrumento do poder para manter e justificar a dominação do eurocentrismo e a marginalização das demais culturas e saberes. Controlando também a sexualidade, a economia, a religiosidade e as dimensões de particular e coletividade resultando em um “poder disciplinar” entre o centro e a periferia.

“A colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do

² Antonio Gramsci Nascido em Ales, na Sardenha, foi uma das referências essenciais na noção de subalternidade.

³ Conceito de representação trabalhado por Stuart Hall em seu livro “Cultura e Representação”.

eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias”. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).⁴

O “gênero” feminino no contexto das opressões acontecidas, durante anos pelos povos dominantes pertencentes a uma hegemonia classificadora e opressora tornou a situação da mulher ainda mais desafiadora nesta sociedade machista e patriarcal, sendo ela colonizada e subalternizada de várias maneiras, de acordo com o que Spivak diz por ser negra, pobre, mulher e por fazer-se pertencente á uma sociedade colonizada, como a autora afirma” Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. (SPIVAK, 2010, p. 15). Sendo assim algum dia o colonizado estará totalmente liberto da teia do colonizador? Ou a subalternidade sempre estará presente?

A MULHER SILENCIADA: DESDE A GRÉCIA AOS TEMPOS ATUAIS

Repensar a história do papel da mulher nas sociedades colonizadas e ainda hoje nas sociedades “livres” é algo bastante desafiador, pois questionam os padrões, modelos e normas de um grupo, de um povo que durante anos viveu sobre a sombra do homem europeu complacente que “escreveu” a história feminina como sendo um sujeito subalterno e inferior, justificando tal “verdade” com conceitos e crenças religiosas de um povo dominado e manipulado por tais convicções.

Segundo a autora indiana o silenciamento das comunidades colonizadas lhes tirou o poder de fala a partir de suas próprias percepções, com isso, a mudez imposta à mulher é ainda mais obscura, sendo ela um ser inferior em relação ao colonizador torna-se por ser mulher ainda mais oprimida pelos outros colonizados homens que a julgam menor e sem valor causando assim uma maior exclusão da mesma do meio social.

⁴ Citação retirada da apresentação da edição em português do livro “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”, 2005.

Em tempos mais profundos como na Grécia Antiga a questão da mulher era ainda mais inferior, principalmente as atenienses que eram conceituadas como objetos que tinham a vida posta ao poder dos pais, maridos, irmãos e da própria sociedade.

A educação era passada pelas mulheres mais experientes (mães, avós) e era totalmente voltada para a “construção” de boas esposas que conseqüentemente tornavam-se as administradoras dos afazeres do lar, sendo assim boas cozinheiras, e costureiras. As meninas estavam quase sempre participando de cerimônias que as preparavam para o casamento. O casamento não era por amor, mas apenas um negócio feito entre famílias para surgirem novas alianças, a mulher não possuía nenhuma autonomia, nem mesmo o marido poderia escolher, sendo essa tarefa atribuída ao pai que possuía interesses maiores em boas uniões, nesta sociedade o homem não era só o esposo, mas também era o professor da mulher, que deveria ensina-la e orienta-la dentro da vida familiar.

“Em todas as fases da vida, havia muitas diferenças entre homens e mulheres da Grécia Antiga. As mulheres gregas abastadas viviam separadas dos homens em cômodos diferentes reservados a elas dentro de casa, chamados de gineceus, onde ficavam confinadas a maior parte do tempo[...] Elas tinham brinquedos que se referiam á vida que teriam como adultas, basicamente como mães e donas de casa, dedicadas á costura da lã, ao cuidado dos filhos e ao comando de escravos domésticos”.(FUNARI, 2002,p.43).

A colonialidade em suas três dimensões do ser, saber e poder sustenta a condição inferior dos povos pertencentes ao segundo e terceiro mundo, principalmente da mulher na subalternidade certificando a superioridade dos povos colonizadores na construção das sociedades. A mulher tornou-se desde a colonização um ser desvalorizado, sem necessidade de um amparo social que a incluísse dentro deste contexto. Esta colonização do ser atestou a condição marginalizada e subalterna da mulher que se faz presente também na atualidade.

No Brasil essa definição de inferioridade do sexo feminino é legitimada, sobretudo em uma questão religiosa que se apoia em escritos bíblicos para justificar os abusos sofridos pela mulher em uma sociedade machista e patriarcalista, que determina a posição, os modos, o padrão e regras ao qual estão submetidas, sendo que aquelas que fogem aos padrões impostos

são condenadas, desqualificadas e tachadas perante as sociedades como desrespeitosas, imorais e ingratas diante do papel destinado a elas.

A inferioridade do gênero feminino é ligada também ao meio religioso e cultural sendo este o ofício dela perante o marido e/ou homem legitimando as crueldades feitas pela igreja, pelo homem e pela sociedade como sendo uma vontade divina, ao qual a mulher precisa aceitar e compreender.

“O machismo no Brasil se configura através do conjunto de condutas construídas e reforçadas culturalmente sobre masculinidade, que glorifica os atributos ligados ao universo masculino e perpetua a desigualdade entre homens e mulheres. Essa desigualdade se fundamenta em uma ideologia que propõe ser bom e até natural que os homens controlem o mercado, o governo, e a atividade pública, e que as mulheres sejam subordinadas a eles”. (DESOUZA. 2000, P. 490).⁵

Na atualidade a questão da inferioridade feminina ainda se faz presente, claro que com a ressalva de que já houve grandes avanços em comparação com tempos mais antigos onde essa submissão e falta de autonomia eram mais evidentes. A mulher no contexto atual mesmo com tanto progresso conquistado ainda luta diariamente contra a pressão social em sua vida individual, onde ela é constantemente vítima de violências verbais, sexuais e outras hostilidades das quais em grande parte o grupo social culpabiliza a própria mulher pelas crueldades acontecidas com ela. É irrefutável a facilidade com que as pessoas culpam a vítima em um caso de estupro com uma simples pergunta “mas, como você estava vestida?” “e onde você estava?” essas e outras perguntas culpabilizam a vítima e protegem o agressor, dando a entender que a culpa por ter acontecido à violência é da vítima e não do agressor.

O PERIGO DA REPRESENTAÇÃO DO “OUTRO”

A comunidade em geral tem grande influência sobre as memórias particulares dos indivíduos, ela cria, distorce e reinventa valores, princípios e modelos de acordo com que se forme uma memória coletiva sobre algo ou alguém neste sentido o autor Halbwachs, diz que

⁵ DESOUZA, E. Baldwin, J. R., da Rosa, F.H. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 13 (3), p.490.

“A memória individual é construída dentro da cultura e enraizada em sistemas culturais de representação”. (HALBWACHS, 2006). Dentro dessa sociedade influenciada e ligada ao colonialismo e ao patriarcalismo a construção dessa memória torna-se ainda mais necessária para que todos se tornem seres pertencentes ao meio e saibam diferenciar e coagir o “outro” não pertencente excluindo e silenciando-o.

É nesse sentido que o sujeito feminino é colocado a seguir determinados padrões, seguindo um discurso que determina a sua existência e produz o lugar ao qual pertence entre colonizado e colonizador. Nessa lógica o sujeito é diretamente relacionado a um processo de assimilação entre o seu lugar de fato e o lugar do colonizador estando obrigado a se conformar com a superioridade do colono diante de sua cultura e tradição, legitimando então uma dominação cultural conquistada pela força.

O processo de imposição de suas culturas, tradições sobre o colonizado colaborou para a construção de um imaginário machista e patriarcal que fez da mulher um ser sem valor, apenas necessário para a reprodução e prazer do homem, sendo esta subjulgada e materializada como um objeto á serviço das necessidades da comunidade. Esta conseqüentemente sujeitou-se ao papel secundário seguindo uma dominação imposta por um “poder disciplinar” caracterizado fundamentalmente pela dominação masculina, sendo esta ideia difundida e reproduzida pelo sistema da propriedade privada, pelo Estado, pelas instituições familiares, pela Igreja que servem aos interesses dos homens e que caracterizou um caráter universal de submissão e inferioridade da mulher diante do homem branco, rico, heterossexual, dominador e cristão. Dessa forma a sociedade age como unidade observadora e disciplinadora que vigia e orienta os indivíduos, neste caso as mulheres, para que elas sigam a regras e padrões e para que assim possam ser mais bem controladas. Assim como já dizia Foucault: “Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126).

Durante a criação de um pensamento coletivo em vista da funcionalidade e do lugar da mulher, a própria se submeteu e acaba por diversas vezes em reproduzir os mesmos discursos preconceituosos, que a tornam inferior e “menor” em uma comparação hierárquica com o

sujeito masculino. Ela permanece silenciada e discriminada em relação aos valores colocados pelo cristianismo, pela cultura e pela memória coletiva como corretos.

“Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Fica evidente a falta de autonomia da mulher e a necessidade que o homem tem de “representar” o outro a partir de um olhar que evidencia sua superioridade, ao mesmo tempo em que indica a “menoridade” do resto. O colonizador acredita na necessidade do oprimido de ser representado e nessa tentativa de desenvolve uma ideia de superioridade, afirmando a concepção de que a colonialidade do ser permanece em todas as dimensões sendo elas de poder ou saber. A autora crítica em sua obra, o fato real de alguns intelectuais do primeiro mundo e as suas práticas discursivas acabam por silenciar o subalternizado constantemente como afirma Spivak: “A produção intelectual ocidental é de muitas maneiras cúmplices dos interesses econômicos internacionais do ocidente”. (SPIVAK, 2010:20). Podemos observar isso no livro de Eduard Said (2012) que fala do perigo da representação feita pelo ocidente sobre o oriente, onde se criou um imaginário de que o oriente é um lugar perigoso, estranho, exótico, fora da normalidade. De acordo com Said, “O oriente, quando não era apenas um lugar em que se comerciava, estava cultural, intelectual e espiritualmente fora da Europa e da civilização europeia” (SAID, 2012: 112).

A importância da crítica decolonial latino-americana na produção de novos saberes alternativos aos saberes euros-norte-americanos é uma forma dos latinos-americanos se autorrepresentarem e também darem voz aos sujeitos subalternizados, tal perspectiva é o fato da necessidade de serem criados espaços onde o subalterno tenha de fato voz, ou seja, que ele fale e que de fato ele seja ouvido. Nesse sentido a autora indiana conclama principalmente os intelectuais e as intelectuais “não falem pelos subalternos, mas abram espaços que eles próprios se autorrepresentem”. Segundo Spivak, “A tarefa do intelectual pós-colonial deve ser

a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a)”. (SPIVAK, 2010, p. 14).

REFERÊNCIAS

BONNICI, Thomas. *Conceitos-chaves da teoria pós-colonial*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

DESOUZA, E, Baldwin, J. R., da Rosa, F.H. *A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000, 13 (3), p.490.

FOUCAULT, M. “Os corpos dóceis”. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 125-52.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo, Ed: Contexto, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Temas para a questão meridional*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia e política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In *Epistemologias do sul*, SANTOS, Boaventura de Sousa. MENEZES, Maria Paula (Org.). São Paulo: Cortez, 2010.

LANDER, Edgard (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, Clacso. Buenos Aires, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Trad: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016.

SPIVAK, Gayatrí Ghakravort. *Pode o subalterno falar?* Trad: Sandra Goulart de Almeida, Marcos pereira Feitosa e André Pereira Feitosa, Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina em Anuario Mariteguiano* (Lima: Amauta). Vol. IX, n° 9, 1997.